



**ST16. INTERFACES ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA
50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964**

1129

UM OLHAR SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE ESTUDOS SOCIAIS

*Arthur Rodrigues de Lima - (UEPB)¹
Auricélia Lopes Pereira - (UEPB)²*

Resumo: Durante o período militar 1964-1985 o sistema educacional brasileiro tornou-se uma das ferramentas essenciais para a afirmação dos ideais do regime e da sociedade civil que o apoiava. Desta forma o modelo educacional vigente, com sua organização curricular e produção didática serão traspassados por doutrinas como: o liberalismo, conservadorismo, romantismo, catolicismo, positivismo e a doutrina da segurança nacional, fundamentais para a garantia de uma sociedade em desenvolvimento constante destinada ao progresso. Com a inserção na grade curricular de disciplinas como a Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil através das reformas educacionais do ensino básico e superior em conjunto com a disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros no ensino superior a área das humanidades passou a circular entorno deste eixo de disciplinas, com história e geografia tendo sido agrupadas no curso de Estudos Sociais, para o qual foram criadas inúmeras licenciaturas curtas. Logo tendo a consciência de que o livro didático trata-se de um produto cultural que participa dos fins escolares, em que intervêm diversos atores como os legisladores, autores, editores, professores, alunos entre outros. Também observando que sua existência enquanto produto cultural resulta de uma série de pressões advindas da conjuntura social em que está inserido; conferindo-lhe uma historicidade muito rica, e configurando-se enquanto uma importante fonte histórica este trabalho vem analisar como o livro didático de estudos sociais foi fundamental para a difusão e consolidação de uma ordem discursiva atrelada à manutenção do regime e a formação do cidadão defensor da moral e dos valores cívicos, analisando um processo de construção de uma memória patriótica e o silenciamento de grupos e de movimentos sociais que se deu na produção didática.

Palavras-chave: Civismo. Educação. Ensino de História. Livro Didático.

¹ Graduando do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista PIBID/CAPES. Email: arthur.rlima@hotmail.com

² Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista PIBID/CAPES. Email: auricelialpereira@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Moral, civismo, nacionalismo, patriotismo eram temas bastante em voga durante o chamado período militar brasileiro. Recentemente os PCN's Parâmetros Curriculares Nacionais, também vieram nos propor discussões entorno da moral, da ética, todavia em uma perspectiva muito diferente daquela que vivenciamos durante os anos de chumbo da ditadura. Tais conceitos agora devem ser trabalhados em uma perspectiva de temas transversais, que devem ter seus debates incentivados pelo professor em sala, já não como conhecimentos especializados colocados enquanto disciplinas, em uma discussão particularizada e com um plano de curso, mas sim enquanto uma ação prática relacionada à vivência dos alunos sem conteúdos normativos e pré-estabelecidos, numa perspectiva doutrinária bastante comum do período analisado.

É neste sentido que nos propomos através da análise da *Revista Ampliada do Curso de Estudos Sociais Ensino Renovado* (1975) perceber como a produção didática brasileira estava ligada ao contexto de consolidação do nacionalismo em uma perspectiva liberal cristã, sabendo que o livro didático trata-se de um produto cultural e, portanto uma importante fonte histórica para refletirmos sobre as diferentes maneiras de se pensar as finalidades da educação e do ensino no tempo. Tendo em vista que se hoje tais conceitos são trabalhados enquanto temas transversais, durante muito tempo foram abordados no eixo de disciplinas como EMC (Educação Moral e Cívica).

Porém antes de partirmos para uma discussão sobre os reflexos do regime militar e a produção didática brasileira propriamente, é necessário compreendermos um pouco do contexto que atravessava a sociedade brasileira nos idos de 1964, após a segunda guerra e vivendo as agruras da guerra fria.

Desde os anos 50 que o Brasil assistia a emergência de governos conhecidos como populistas; caracterizados por líderes carismáticos e a uma balança que buscava equilibrar os interesses de uma massa que sofria com altos índices de desigualdade e uma elite ansiosa pelo crescimento econômico. Todavia no início da década de 60 as configurações históricas que sustentavam tal realidade entraram em colapso. Após a revolução cubana, o fantasma do comunismo rondava a América Latina ao mesmo tempo em que no Brasil crescia a participação em movimentos entorno de melhorias estruturais, desde movimentos de trabalhadores rurais, até dos estudantes. Portanto após o famoso discurso do então presidente João Goulart, ex-ministro de Vargas, na central do Brasil anunciando as chamadas reformas de base, passa-se a serem divulgados veementemente por uma elite liberal, os riscos de uma revolução comunista no Brasil.

Após o golpe civil-militar de março de 1964 o governo passa a demonstrar as primeiras características de sua ideologia liberalista ortodoxa, com a perseguição ao trabalhismo e as chamadas organizações de esquerda. Sindicatos trabalhistas, a UNE (União Nacional dos Estudantes), jornais e universidades tiveram suas sedes invadidas já como prenúncio da política repressiva adotada pelo governo. Inúmeras lideranças sindicais e camponesas desapareceram, governadores eleitos foram depostos.

A nova política econômica adotada estava ligada diretamente ao chamado arrocho salarial, em que os salários em mantidos abaixo da inflação, uma abertura para

o capital externo e a realização de inúmeras privatizações nos setores considerados de base. Havia uma renúncia do estado quanto ao controle dos preços de setores internos, como o de produção de alimentos, ocasionando uma alta nos preços da sexta básica. O Brasil crescia economicamente, ao mesmo tempo em que a desigualdade e a pobreza também acompanhavam este crescimento.

O militarismo ganhava cada vez mais espaço a partir de medidas como o Ato Institucional número 05, AI 05 em que foi fechado o congresso nacional, cassou-se mandatos parlamentares, estabeleceu-se a censura e os inquéritos militares sigilosos. Nesse momento ocorreu, também, a instituição da pena de morte, justificada pela declaração de que o país se encontrava em “guerra subversiva”. Todavia a sociedade civil também organizaria sua resistência, inúmeras greves e passeatas eram realizadas nas maiores cidades do Brasil, e até movimentos de guerrilha urbana e rural também seriam constituídos e perseguidos durante o regime.

A música, o teatro, o cinema mesmo que com a grande censura, tornaram-se palcos para as falas em pró do fim da militarização e do retorno a democracia. Neste contexto a educação e o sistema de ensino tiveram suas finalidades redefinidas no sentido de satisfazer os interesses dos grupos liberais, e militares no poder. Há cresça em uma ação curta e saneadora, uma ação moderadora dos militares no intuito de livrar o Brasil de uma possível ameaça comunista havia se dissolvido com a consolidação do regime.

O LIVRO DIDÁTICO E AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO MILITAR

Podemos dizer que a educação brasileira e a legislação a ela pertinente passaram por consideráveis transformações durante o período militar. O nosso modelo educacional atrelado a teoria do capital humano estaria ligado diretamente à racionalização do ensino, a prioridade na formação técnica, o desprezo das ciências sociais e humanas, a inspiração no modelo empresarial e o estabelecimento de um vínculo estreito entre formação acadêmica e produção industrial. Havia uma clara tentativa através do imperialismo americano, da introdução no nosso modelo educacional de concepções advindas do *american way of life*, isto ficou bastante claro no texto da reforma universitária lei 5540/68.

A reforma também teve um claro objetivo de conter as manifestações do movimento estudantil tendo em vista que para Saviani,

[...] ao instituir a departamentalização e a matrícula por disciplina, com seu corolário, o regime de créditos, a lei teve observando seu significado político, o objetivo de desmobilizar a ação estudantil que ficava impossibilitada de constituir grupos reivindicatórios, pois os estudantes não permaneciam em turmas coesas durante o curso. (1987, p.95)

Logo a reforma tinha por princípio adequar o sistema educacional a estrutura de poder edificada e acabar com o dissenso político. A reforma posterior lei 5692/71 tinha por meta consolidar nosso modelo educacional em uma perspectiva tecnicista, por meio

da universalização do ensino profissionalizante, em uma clara ligação da formação escolar e o mercado de trabalho. Também acabou por regulamentar a Educação Moral Cívica enquanto disciplina obrigatória nos 1º e 2º graus.

O regime militar procurou divulgar um discurso de exaltação e valorização da educação, dizendo-a como uma via direta para se atingir o desenvolvimento de uma nação rica e forte. A escola era inserida como o lugar estratégico da concepção de uma nova nacionalidade, que formaria o discurso cívico, a nacionalidade e a “soberania popular”. Neste sentido os fundamentos da Educação Moral e Cívica expressariam os ideais desenvolvidos conjuntamente, por civis e militares, antes de ser a expressão ideológica de um regime militarista. Tendo em vista o tecnicismo e a lógica industrial pela qual o nosso modelo educacional passou a ser organizado, e os diversos grupos civis favoráveis ao regime.

A escola produz sua cultura própria, o seu próprio saber, logo a EMC surgia como um interessante fenômeno de uma disciplina que se constituiu no campo da escola sem uma ciência de referência. Um saber autônomo constituído dentro da lógica escolar. Tendo por função a regeneração cultural por via da inseminação de valores e da formação de atitudes patrióticas. A educação moral e cívica era considerada necessária para impedir que as idéias subversivas tomassem conta dos jovens, além de prepará-los para uma futura participação na sociedade, de acordo com a proposta do regime militar.

Nesta perspectiva as chamadas instituições pátrias a religião, a família, a justiça, a escola e as forças armadas deveriam atuar no sentido da disciplinarização dos corpos. Como diria Foucault havia uma clara necessidade de impor a ordem e de transformar os “quadros vivos” em multiplicidades organizadas através de uma docilização dos corpos. A escola funcionava enquanto um dispositivo que notava o menor acontecimento na conduta dos alunos.

No 1º grau as disciplinas de História e Geografia deveriam ser ensinadas de modo articulado, dentro da matéria de Estudos Sociais, que incluindo as disciplinas de EMC e OSPB formavam a área das ciências humanas. O conhecimento histórico foi mobilizado para os fins de formação do cidadão de acordo com os princípios do regime, tais características estão presentes de forma decisiva nos manuais, programas e aulas de educação moral e cívica. Pois como diria Luis Fernando Cerri,

“o passado não está a salvo das intenções do presente de dar tal ou qual significado ao tempo, aos personagens históricos, á nação. O presente – bem como o futuro – depende de um passado relativamente móvel, que possa ser relido”. (2011, p.11)

Desta forma quando nos referimos aos livros didáticos produzidos no período devemos enxergá-los como uma das principais fontes para uma caracterização histórica da época, sabendo que expõem em forma de conteúdos as propostas apresentadas pelos programas curriculares oficiais. Portanto recentemente tornaram-se bastante comuns no campo da história da educação as pesquisas baseadas na produção e comercialização de didáticos no Brasil. E quando nos referimos à produção didática no período militar os estudos giram, por exemplo, em torno das questões de como o livro didático de estudos

sociais teria contribuído para a formação, de acordo com os preceitos da Comissão Nacional para Moral e Civismo (CNMC),

de um indivíduo com condições de efetivar o exercício consciente da cidadania, indivíduo com uma visão globalizada da sociedade, indivíduo estimulado a tomar decisões, indivíduo estimulado a interferir e criar alternativas para os problemas de seu meio. (Filgueiras, 2006, p.08)

Ao mesmo tempo em que este ensino a partir de tal produção didática contribuía para o estabelecimento de uma visão unilateral da história e da realidade, tendo em vista que os fatos retratados seriam somente ligados aos dominantes, excluindo os dominados dos discursos. Essa história ideológica acabava por excluir a realidade.

Diante da tal perspectiva assistimos na década de 70 no Brasil a consolidação de um mercado editorial centrado na produção didática, onde o que importava era a lucratividade e como diria Munakata “o que importa não é a ideologia contida no livro e sim sua aceitação no mercado”. (Munakata apud Gatti Júnior, 2004, p.160) Logo o componente ideológico era forte no processo de definição da produção didática, especialmente dos conteúdos veiculados na disciplina história, no entanto os lucros advindos da venda deste tipo de livro sobrepunham-se a quaisquer questões ideológicas.

Graças a tais aspectos e a natureza complexa do objeto-livro didático, questionamentos têm sido gerados nos domínios de inúmeras pesquisas. Mas afinal o que é o livro didático? Para Bittencourt o livro didático:

“é uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes aos interesses do mercado, mas é também um depositário dos diversos conteúdos educacionais, suporte privilegiado para se recuperar os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais por uma sociedade em determinada época”. (Filgueiras, 2006, p.95)

Desta forma para uma melhor compreensão da natureza do ensino de história nos anos do regime é necessário o trabalho de análise do material didático produzido no período, configurando-se enquanto importante fonte histórica. Logo vamos refletir sobre como o material então produzido e distribuído nas escolas estava relacionado à ideologia pregada pelo estado e aos interesses de organismo internacionais que passaram a atuar na organização do sistema educacional brasileiro. Porém não podemos perder de vista que como diria Chartier: “um texto só existe se houver um leitor que lhe dê significado”. (1999, p.11) Portanto uma coisa eram as orientações metodológicas apresentadas nos livros e pelos órgãos educacionais da época e outra era a prática docente em si, pois as leituras dos alunos e professores representavam diversas apropriações de tais materiais.

Porém não nos pode passar despercebido que durante tal período assistimos a uma desvalorização da profissão docente e sérias sequelas na formação de tais profissionais. Pois observamos a abertura das chamadas licenciaturas curtas, além dos professores muitas vezes serem obrigados a seguirem um currículo definido pelo livro didático. Tais materiais foram utilizados como paliativo para os problemas de boa parte

do professorado, que consistiam em síntese, na falta de qualificação e de tempo para preparação de suas aulas. Logo tais fatores levaram a uma transformação do perfil docente.

Com a obrigatoriedade do ensino da EMC as editoras rapidamente tiveram que responder a nova demanda do mercado editorial, porém tal disciplina não possuía um programa curricular específico o que não impediu que já em 1971 o mercado estivesse repleto de ofertas nessa área. O livro didático também diminuiu sua vida útil, tornado-se um livro consumível que não poderia ser reaproveitado. Logo as reformas na educação que efetivamente possibilitaram um grande crescimento do setor editorial de didáticos foram as que vieram no bojo do governo ditatorial, que foi instaurado no Brasil em 1964.

Além dos acordos com organismos internacionais, como o acordo MEC/SNEL/USAID, que também financiaram a produção de didáticos, o setor foi estimulado pela promulgação da lei 5692/71, que fixava as diretrizes e bases para os ensinos de 1º e 2º graus, ampliando a obrigatoriedade da escolarização de quatro para oito anos.

Em 1971 foi criado o FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar) que tinha por finalidade gerir a política distributiva de didáticos do governo, tendo em vista que segundo Décio Gatti Júnior nesta época confundia-se ensino moderno com a distribuição de livros didáticos para os alunos. (2004) A partir de 1970 o FENAME passou a agir em parceria com o empresariado nacional, que também passou a financiar tal produção. Também seriam órgãos de atuação no período o COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático) e o INL (Instituto Nacional do Livro) extinto em 1971.

Foram criados os programas do Livro Didático do Ensino Fundamental e Médio, PLIDEF e PLIDEM, respectivamente. Em 1985 com o fim do regime ambos os programas cederam lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) ligado ao FAE (Fundação de Assistência ao Estudante).

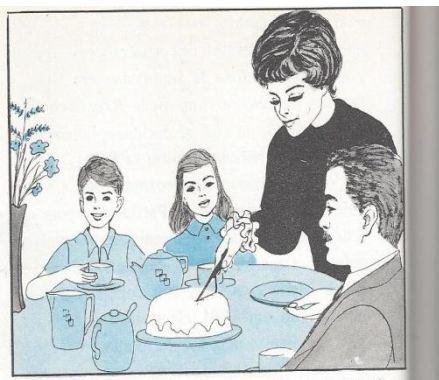
Outro fator interessante de observarmos é sobre os autores de tais manuais, pois em sua maioria eram professores do magistério, de história, geografia, filosofia, diretores de escolas e orientadores educacionais, padres, membros do exército, sociólogos, professores universitários e até mesmo, autores que se tornaram posteriormente, profissionais do mercado editorial didático. De maneira geral os temas abordados em tais produções eram civismo, Estado Brasileiro e Moral, portanto partamos para uma análise de como esta produção didática apresentava tais temáticas a partir da análise da *Revista Ampliada do Curso de Estudos Sociais* de 1975.

O QUE NOS DIZ O LIVRO DIDÁTICO?

De maneira geral o livro por nós analisado está organizado em três unidades sendo a primeira denominada A pessoa Humana, a segunda unidade o Cidadão e o Estado e a terceira O estado Brasileiro. Como era bastante comum nos livros de estudos sociais, logo em sua abertura encontramos uma discussão sobre o conceito de civismo, segundo o livro civismo,

é a devoção pelo interesse público, pelo bem público, pela causa pública, pelo bem comum. É a virtude que leva á dedicação ao bem, ao serviço em proveito dos concidadãos. É o amor á pátria, é o amor ao povo. (1975, p.153)

Em tal excerto observamos uma clara necessidade de associarmos o ideal de civismo enquanto a religião da pátria, a qual os bons cidadãos deveriam se colocar como vacacionados. A partir de tal postulado passa-se a ser divulgado um verdadeiro culto a nação e ao estado. Ainda é possível analisarmos um boxe composto de 32 personalidades políticas da história do Brasil, denominadas sob o título de grandes brasileiros. Colocadas como exemplos de amor a pátria e ao bem público, pessoas que abdicaram de seus projetos pessoais pela causa nacional e, portanto que devem ser seguidas enquanto exemplos. Logo o livro revela outra característica bastante comum no período, a partir da política ideológica do governo, a grandeza de um povo podia ser percebida, entre outras coisas, pelo conjunto de homens ilustres, de pessoas através dos tempos.



Podemos refletir sobre uma cessão totalmente dedicada a difusão do que o regime militar entendia por educação. A educação nascia no seio da família, era proveniente de berço, os pais “ensinam á criança bons costumes, os hábitos sadios, as virtudes humanas, a necessidade da religião e do amor a Deus” (1975, p.160) Porém tal processo era progressivo, atingindo um certo nível de maturidade, as crianças eram entregues a escola que devia dar continuidade ao processo até a universidade em uma linha evolutiva.

A ideia de trabalho também é bastante difundida, segundo o box A educação cívica e o trabalho: “o trabalho é uma necessidade, quem não trabalha não deve comer. Por isso, o trabalho constitui um dever e um direito do indivíduo para com a sociedade” (1975, p.164) Em que observamos uma difusão da ideia de que o trabalho dignifica o homem, postura colocada como essencial para o desenvolvimento de uma nação nos moldes das discussões empreendidas pela educação moral e cívica. O trabalho era ferramenta principal na propagação da ideia de que *este um país que vai pra frente*, um dos lemas da utopia desenvolvimentista do governo militar.

O livro também contém inúmeras imagens, de forma geral exaltando os símbolos pátrios, as grandes personalidades nacionais, o modelo de família nuclear, a religião e o trabalho.

De acordo com as discussões apresentadas no exemplar analisado, observamos que o bom cidadão é aquele que tinha conhecimento de seus direitos e deveres, logo encontramos trechos da constituição brasileira, a declaração dos direitos da pessoa humana, como uma forma de deixar claro qual o papel de cada cidadão comprometido com a edificação do bem comum. Tais mecanismos também tinham por finalidade demonstrar uma imagem forjada de que para o regime todos eram iguais perante a lei,

sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso ou convicções políticas. Quando na realidade sabemos que não havia espaço de discussão para o debate da diversidade e vivíamos e ainda vivemos em uma sociedade marcadamente desigual.

O livro aborda as virtudes cívicas e a concepção do que seria um verdadeiro cidadão, ou seja, para ser “um bom cidadão não basta que se cumpram as leis estabelecidas pelo estado. É preciso participar conscientemente e voluntariamente na plenitude dos deveres e direitos cívicos”. (1975, p.187) O voto era, pois onde se inicia a democracia e o exercício da cidadania dos “povos livres das nações democráticas”. (1975, p.196) Tais aspirações eram frutos de uma clara tentativa do governo castrense de estabelecer a ideia de que o Brasil era uma democracia consolidada, enquanto seus eleitores não tinham o direito de escolher seus representantes que eram escolhidos de forma indireta, vivendo uma democracia aparente.

Em sua terceira e última unidade o livro trás diversas informações sobre como está organizado o território brasileiro, seus estados e capitais além de um box mostrando as diversas bandeiras adotadas pelo país até o modelo adotado atualmente. É feita uma análise da bandeira com a explicação de suas cores e símbolos além de ser apresentada



uma série de orientações sobre como em diversos ambientes e situações a bandeira deve ser exposta e como nos portarmos diante dela; da mesma forma que no culto católico temos as venhas e genuflexões quando passamos em frente ao altar ou á capela do santíssimo, também deveríamos ser educados sobre como nos portar diante dos símbolos da religião pátria, seja sua bandeira ou os diversos hinos, tendo em vista que a unidade também traz os hinos da independência, da república, da bandeira, nacional e a marcha dos marinheiros. Além de uma análise sobre as armas nacionais e o selo nacional.

Desta forma a análise do exemplar da *Revista do Curso de Estudos Sociais* do ano de 1975, nos permitiu de certa forma, traçar algumas reflexões sobre como os conteúdos eram apresentados na produção didática do regime militar, o que se esperava dos alunos e dos professores que tinham contato com tal material didático. Todavia devemos lembrar uma discussão aqui inicialmente apresentada, sobre as diversas práticas de leitura e apropriações que o leitor realiza sobre o texto, pois uma coisa era a realidade apresentada pelos programas oficiais e seus manuais, e outra era a realidade vivida por muitos professores e alunos que se recusavam a aceitar tais imposituras, dedicando-se a certa resistência quanto a doção desses conteúdos, sendo uma importante temática para um trabalho mais aprofundado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos constatar que o contexto de implantação das reformas educacionais no Brasil esteve ligado diretamente a uma conjuntura internacional reflexo da guerra fria e dos interesses americanos de expansão de suas zonas de influência na América Latina. Tais reformas também tiveram por princípio conter os ânimos principalmente do

movimento estudantil, que desde 1969 clamava por mudanças estruturais. Um estado dominado pelos ideais liberais e um nacionalismo ligado a concepção de abertura para o capital externo e as privatizações, edificou um modelo educacional pautado nos ideais de civismo, cidadania, trabalho e família, contra a “subversão e a ameaça comunista”.

Com a implantação da disciplina de EMC surge à figura do professor polivalente, além de observarmos uma redução da carga horária, da área das ciências humanas que foram agrupados entorno do eixo dos estudos sociais. A produção didática se apresenta como um roteiro a ser seguido pelo professores que devem preparar suas aulas a partir dos livros didáticos, que neste período vivenciam um período de expansão da indústria editorial atrelada aos acordos entre o estado e a iniciativa privada, um ensino moderno equivalia à distribuição gratuita de livros didáticos para todos os alunos.

Logo os livros didáticos se apresentam enquanto importantes produtos culturais fundamentais para uma análise concreta do período ao mesmo tempo em que fazem parte de uma área do conhecimento hipercomplexa que é a educação. Vimos também que durante o período militar a produção didática brasileira esteve vinculada a reprodução de uma história das grandes personalidades e dos vultos nacionais.

Portanto só a partir do processo de abertura política é que os livros didáticos passaram a apresentar uma história mais crítica e conectada ao processo de renovação da historiografia internacional. Desde a década de 1970 com uma história de cunho marxista e de base econômica até a década de 1980 e 1990 quando a história passava a agregar as temáticas da história cultural advindas da influência da Nova História.

REFERÊNCIAS

CERRI, Luis Fernando. **O que é a consciência histórica?** Ensino de história e consciência histórica. Rio de Janeiro: FGV, 2011. (p.19-56)

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A educação moral e cívica e a sua produção didática: 1969-1993.** São Paulo, Pontifícia Universidade de São Paulo, 2006.

GATTI JÚNIOR, Décio. **Da produção artesanal a produção industrial.** A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1979-1990). Bauru, SP: Edusc, 2004. (p.157-238)

SILVA, Marcos Antonio da. FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas.** Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 31. Nº 60, 2010. (p.13-33)